



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### SENTENÇA

Processo nº: **1016172-93.2017.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Roseli Aparecida de Oliveira**  
 Requerido: **'Município de Araraquara e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**ROSELI APARECIDA DE OLIVEIRA** ingressou com **AÇÃO CONDENATÓRIA EM OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE LIMINAR** em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando o fornecimento de insumos. Alegou ser portadora de Apnéia do Sono (CID G 47.3), necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, dos insumos **Aparelho BIPAP, filtro e máscara nasal ajustado por fisioterapeuta**, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem-lhe, gratuitamente, os insumos na quantidade recomendada.

Com a inicial (fls. 01/06), vieram documentos (fls. 07/21).

Concedida a gratuidade judiciária e deferida a tutela antecipada (fl. 22).

Citado, o Município de Araraquara, contestou a ação (fls. 28/39), alegando, em síntese, que o SUS oferece uma gama de serviços que auxiliam o paciente no tratamento da patologia em tela, sem a necessidade de fornecimento do aparelho. Aduziu, que o Município de Araraquara não possui convênio ou programa de fornecimento do referido aparelho. Relatou, que há possibilidade de encaminhamento de casos graves ou crônicos ao Ambulatório de Distúrbios do Sono no HC de Ribeirão Preto que fornece o tratamento da patologia. Requereu a improcedência da ação e a revogação da tutela de urgência concedida.

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, contestou a ação (fls. 48/52), alegando em síntese, que o uso de BIPAP não tem intuito curativo, mas visa apenas o controle da doença. Aduziu ainda, que o paciente deve ser informado que outros fatores como obesidade, sedentarismo e etilismo devem ser eliminados para que haja melhora da doença. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 58/65.

Manifestação da autora, informando o recebimento do aparelho (fl. 88).

#### **É o Relatório.**

#### **Fundamento e Decido.**

O processo comporta julgamento no estado em que se encontra.

A ação é procedente.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

A responsabilidade não pode estar restrita à lista de medicamentos elaborada pelo Ministério da Saúde (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME), pelos Estados e pelos Municípios, para atendimento através do SUS, desde que comprovada a necessidade do paciente a um medicamento não listado.

É cristalino o dever do Município e do Estado em prestar atendimento ao doente. Atender à saúde de todos é não negar atendimento adequado a cada um dos cidadãos necessitados.

Bem maior do que a vida humana não há. Prestar atendimento à saúde da autora é proteger-lhe a vida, com indubitável apoio no interesse da coletividade, superior a qualquer dificuldade de ordem financeira e orçamentária, aliás, solucionável.

A corroborar esse entendimento, o seguinte aresto do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

“SAÚDE PÚBLICA - Fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros para a cura, controle ou atenuação de enfermidades - Admissibilidade - Dever político-constitucional de proteção à saúde que obriga o Estado em regime de responsabilidade entre as pessoas políticas que o compõem - Legitimidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para figurar no pólo passivo de demandas que visem à implementação do referido direito - Inteligência dos arts. 196 e 198 da CF (TRF - 2.a Reg.)” RT 841/369.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – MEDICAMENTOS – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos constitui responsabilidade solidária do Estado e do Município derivada do artigo 196 da Constituição Federal. Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público, mesmo na ausência de negativa expressa por parte da administração, em vista da demora de quase um ano na apreciação do requerimento administrativo. Precedentes do STJ e desta Câmara. Decisão reformada. Recurso provido” (TJRS – AI 70005011796 – 3ª C.Civ. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 14.11.2002).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO À SAÚDE - EXAME DE RESSONÂNCIA NUCLEAR MAGNÉTICA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos e demais serviços de saúde constitui



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

responsabilidade solidária do Estado e do município derivada do artigo 196 da Constituição Federal. Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em sede de antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público. Precedentes do STJ e desta Câmara. Decisão mantida. Recurso desprovido” (TJRS – AI 70004964284 - 3º C.Civ. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 24.10.2002).

Nem mesmo a carência de recursos financeiros pode desonerar o Poder Público da sua obrigação de assistência à saúde, senão vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA - Pretensão ao fornecimento regular de medicação de alto custo, manifesta por portadora de grave patologia, hipossuficiente - Legitimidade passiva ad causam do dirigente da unidade de saúde local, ostentando poderes e meios para atender o comando judicial - Peculiaridades fáticas que permitem obrigar o Estado a fornecer periodicamente, sem que possa valer da escusa de carência de recursos financeiros - Recurso oficial e da Fazenda Pública não providos” (Apelação Cível n. 89.352-5 - Araçatuba - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Paulo Dimas Mascaretti - 15.09.99 - V.U.).

Entendimento contrário implicaria em inadmissível restrição à norma constitucional que assegura o direito à vida e à saúde e impõe ao Poder Público o dever de prestá-lo de forma integral e completa (Constituição Federal, artigos 5º, 6º, 196 e 203; Constituição do Estado de São Paulo, artigos 219 e seguintes; Lei Federal nº 8.080/90; Lei Federal nº 9.313/96; Lei Complementar Estadual nº 791/95; Lei Estadual nº 11.259/02).

Os relatórios médicos apresentados pela autora comprovaram a necessidade do Aparelho BIPAP e dos demais insumos.

Além disso, a ausência de capacidade econômica da autora restou comprovada pelos documentos acostados aos autos, sendo ela assistida pela Defensoria Pública.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, para determinar aos réus que forneçam, gratuitamente a autora, o *Aparelho BIPAP, filtro e máscara nasal ajustado por fisioterapeuta*, em quantidade compatível com o receituário médico apresentado, às fls. 20/21, ficando, portanto, confirmada a tutela antecipada a fl. 22.

CONDENO os requeridos no pagamento das custas e despesas processuais e em honorários advocatícios no valor de R\$300,00 (trezentos reais).

Isento a Fazenda Estadual dos ônus de sucumbência com fundamento na Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

P.R.I.C.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Araraquara, 15 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**